

## Aviso para apresentação de candidaturas

Código do aviso ALT2030-2024-48

Data de publicação 30/10/2024

Natureza do aviso Concurso

Âmbito de atuação: Operações

Aprovado pela Deliberação CIC nº 26/2024/PL

### Designação do aviso

INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS DE ENSINO SUPERIOR

### Apoio para

Consolidação infraestrutural e equipamentos pedagógicos de ensino superior politécnico de forma a responderem aos desafios das transições climáticas e digital e reforçar competências nos domínios de especialização regional.

### Ações abrangidas por este aviso

No âmbito do presente Aviso são enquadráveis as seguintes ações previstas no Programa Regional do Alentejo:

- Infraestruturas e equipamentos relativos a cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)

### Entidades que se podem candidatar

São beneficiárias ao presente Aviso, nos termos do artigo 20º do Regulamento Específico Valorização do Território e Infraestruturas Sociais (doravante designado por RE VTIS), as instituições públicas de ensino superior politécnico.

### Área geográfica abrangida

NUTS II – Alentejo

### Período de candidaturas

O período de apresentação de candidaturas inicia-se no dia útil seguinte à data de publicação do presente aviso e decorrerá

até ao dia 31/01/2025.

### Dotação fundo indicativa disponível neste aviso

3.000.000,00€

### Fundo e Taxa máxima de cofinanciamento

FEDER

85 %

### Programa financiador

Programa Regional do Alentejo (Alentejo 2030)

### Entidade gestora do apoio/Organismo Intermédio

Autoridade de Gestão do Programa Regional do Alentejo 2021-2027,

### Contactos para mais informações

Linha dos Fundos 800 10 35 10 (09:00-18:00h - gratuito)

Correio eletrónico: [linhadosfundos@linhadosfundos.pt](mailto:linhadosfundos@linhadosfundos.pt)

## Finalidades e objetivos

Os apoios no âmbito do presente Aviso têm como finalidade adequar as infraestruturas e equipamentos pedagógicos de ensino superior politécnico de forma a responderem aos desafios das transições climáticas e digital e reforçar competências nos domínios de especialização regionais, visando a melhoria do sistema de ensino superior na região, a qualidade das competências adquiridas pelos alunos, contribuindo para o seu sucesso escolar e profissional, com reflexos ao nível de uma empregabilidade mais qualificada.

## Dotação

<b>Programa</b>	Programa Regional do Alentejo 2021-2027			
<b>Prioridade do Programa</b>	4A – Alentejo + Social			
<b>Objetivos específicos</b>	RSO4.2 – Infraestruturas de educação e formação (FEDER)			
<b>Tipologia de ação</b>	RSO4.2-02 – Ensino Superior			
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO4.2-02-01 – Ensino Superior			
<b>Tipologia de operação</b>	4506 - Infraestruturas e equipamentos TeSP			
<b>Fundo</b>	<b>Dotação Fundo</b>	<b>Taxa Máxima</b>	<b>Dotação Nacional</b>	<b>Fonte de Financiamento Nacional disponível</b>
4506	3.000.000,00€	85%	N.A.	N.A.
<b>Dotação Global</b>	<b>3.000.000,00 €</b>	<b>85%</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>

## Enquadramento em instrumentos territoriais

Não aplicável

## Legislação nacional

### Tem política pública regulada ou contribui para uma Agenda ou Estratégia Nacional?

- Não
- Sim. Qual? Lei n.º.46/86, de 14 de outubro, Lei n.º.37/2003, de 22 de agosto, Decreto-Lei n.º.74/2006, de 24 de março, nas suas redações atuais; Estratégia 2030: Portugal + Social)

### Tem regulamento específico?

- Não
- Sim. Qual? Regulamento Específico na Área Temática Valorização do Território e Infraestruturas Sociais (RE VTIS) - Portaria n.º.153-A/2024/1, de 8 de maio, na sua redação atual

## Ações elegíveis

No contexto descrito no ponto "Ações abrangidas por este aviso" são elegíveis ações:

- Promoção da requalificação das infraestruturas pedagógicas de forma a responderem aos desafios das transições climática e digital e reforçar competências nos domínios de especialização regional;
- Adequar as infraestruturas pedagógicas a novas metodologias e técnicas de ensino inclusivas e digitais;
- Dotar as infraestruturas pedagógicas de boas condições de acessibilidade física;
- Requalificar as infraestruturas pedagógicas de forma a uniformizar as condições formativas e assim garantir iguais oportunidades de acesso a formação superior e avançada em todo o território;
- Investimentos em equipamentos no ensino superior destinados a novos cursos superiores de curta duração ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho.

## Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

São beneficiárias ao presente Aviso as instituições públicas de ensino superior, designadamente os Institutos Politécnicos.

## Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações

Sem prejuízo dos requisitos aplicáveis aos beneficiários e aos projetos, previstos nos art.º 4.º, 14.º, 15.º, 16.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março (Regulamento Geral, doravante designado por RG), e nos artigos 7º, 8º, 10º, 14º e Seção I do RE VTIS, nas suas atuais redações, especificam-se as seguintes de acesso ao presente Aviso, à data da submissão da candidatura:

**a)** Demonstrar um grau de maturidade mínimo, tendo por referência o investimento a candidatar com maior peso financeiro, comprovado por:

i. para empreitadas de obras públicas, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a apresentação do projeto de execução completo (peças escritas e desenhadas de arquitetura e engenharia, Termos de Responsabilidade devidamente assinados, nos termos da Portaria 701-H/2008, de 29 de julho, ou Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, conforme aplicável, na sua redação atual, bem como lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis), demonstrando que estão em condições de lançar o procedimento de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP);

ii. para aquisição de bens e serviços, apresentação de todas as peças do procedimento devidamente aprovadas, incluindo a lista de quantidades e preços unitários e ainda comprovativo de todos os licenciamentos e autorizações prévias aplicáveis;

**b)** Evidenciar em caderno de encargos do procedimento o cumprimento da contratação segundo os princípios do *green public procurement*, ou, apenas para procedimentos já lançados à data da submissão da candidatura, evidenciar a alínea c) seguinte;

**c)** Para todos os procedimentos, demonstrar em Lista de Quantidades e Preços Unitários a incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção, em adequação à tipologia de intervenção, entre outras: soluções baseadas na natureza; integração de infraestruturas verdes, soluções ecológicas e eco materiais na realização de obras; procedimentos ou mecanismos de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção/instalação; medidas de redução da emissão de gases com efeito estufa; redução do uso de energia e o aumento da eficiência energética e/ou térmica; remoção de materiais perigosos; prevenção de produção e reciclagem de resíduos; prevenção de produção de águas residuais e respetivo tratamento; internalização de princípios de prevenção e/ou minimização dos riscos naturais, tecnológicos e mistos; redução do consumo de água;

**d)** No caso dos projetos em infraestruturas com um prazo de vida útil previsto de, pelo menos, cinco anos, demonstrar que asseguram a resistência às alterações climáticas de acordo com o definido no Regulamento (EU) n.º.2021/1060 do Parlamento europeu e do Conselho, de 24 de junho, na sua atual redação.

- e) Na adoção de soluções TIC, serviços eletrónicos e aplicações no âmbito da administração pública, demonstrar que as iniciativas permitem reduções substanciais das emissões de gases com efeito de estufa comprovadas ao longo do ciclo de vida;
- f) Demonstrar dispor de fontes de financiamento para assegurar a realização da operação;
- g) Demonstrar a sustentabilidade da operação após realização do investimento, designadamente, no caso de projetos em infraestruturas, evidenciar suficiência de recursos para cobrir os custos de exploração e de manutenção através da especificação do modelo de gestão e respetivas fontes de financiamento;
- h) Sem prejuízo dos critérios de elegibilidade definidos, as operações devem ainda satisfazer os seguintes critérios específicos (artigo 21º, Secção I do RE VTIS):
- h.1) Ser instruída com parecer favorável emitido pela entidade responsável pela política pública na área da Educação;
  - h.2) Estar alinhada com os desafios das transições digital e climática e contribuir para a afirmação da estratégia regional de especialização inteligente do Alentejo, bem como, para o aumento da acessibilidade a este nível de ensino, nomeadamente o aumento da acessibilidade digital;
- i) Respeitar o princípio de «não prejudicar significativamente» (DNSH), devendo o beneficiário assegurar que as intervenções associadas à operação que candidatam não causam danos no ambiente, não prejudicando significativamente nenhum dos objetivos ambientais estabelecidos no artigo 19º do Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho de 2020, do Parlamento e do Conselho, nos termos do artigo 17º do mesmo Regulamento e respetivos atos delegados. Nas operações enquadráveis no regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental, esta aferição é efetuada através de procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental. (Anexo A-3).

#### Modalidade de apresentação de candidaturas

Individual

#### Número máximo de candidaturas

1

#### Duração das operações

24 meses

### Condições de atribuição de financiamento da operação

1. Apenas serão selecionadas operações que obtenham uma pontuação mínima de 3 valores, calculada com base no referencial de mérito descrito no ANEXO A.2. Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto, publicado com o presente aviso.
2. Uma operação que envolva investimentos em infraestruturas, ou investimentos produtivos, e que seja objeto de uma das mudanças previstas nos art.º 65.º do Regulamento (EU) 2021/1060, de 24 de junho (doravante designado por RDC), e art.º 15.º do RG, nas suas redações atuais, no prazo de cinco anos a contar do pagamento final ao beneficiário, restituirá os montantes pagos nos termos definidos nos referidos artigos.
3. O apoio a conceder terá em conta eventuais complementaridades com outros instrumentos, nomeadamente o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), não sendo elegíveis despesas que tenham integrado candidaturas aos mesmos.

### Auxílios de Estado

Aplicável?

Enquadrar:

Regulamento Geral de Isenção de Categoria

Auxílios *de minimis*

Notificação à Comissão Europeia

Serviço de Interesse Económico Geral

Não Aplicável? **Fundamentar:**

As entidades promotoras das operações abrangidas pelo presente aviso não se enquadram no âmbito da concorrência, na medida em que o setor educativo público, não se apresentando com virtualidade de falsear ou ameaçar falsear a concorrência entre os Estados Membros, pelo que o apoio em causa não configura um Auxílio de Estado.

### Formas de apoios

Subvenção

Custos reais

Custos Unitários

Em programa

Data da decisão 00-00-0000

Nacional

Deliberação CIC nº XXXXXX

Montantes Fixos

Em programa

Data da decisão 00-00-0000

Nacional

Deliberação CIC nº XXXXXX

Taxa Fixa

% da taxa

Artigo

Financiamento não associado a custos

Data da decisão 00-00-0000

Instrumento financeiro

### Custos elegíveis

Em conformidade com o art.º 20.º do RG, e o artigo 9º e artigo 23º (Seção I) do RE VTIS, nas suas redações atuais, determinam-se como elegíveis a financiamento, no âmbito do presente Aviso, os custos com:

- a) Aquisição de equipamentos que se revelem indispensáveis às “Finalidades e Objetivos” descritos no presente Aviso;
- b) Eventuais trabalhos imprescindíveis à instalação e funcionamento do equipamento a financiar;
- c) Aquisição de serviços de elaboração de projetos de arquitetura e engenharia diretamente ligados à operação;
- d) Trabalhos de construção civil e outros trabalhos de engenharia;
- e) Fiscalização, coordenação de segurança e assistência técnica;

f) Revisões de preços decorrentes da legislação aplicável e do contrato, que incidam sobre o valor elegível dos trabalhos efetivamente executados;

g) O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) não recuperável que se aplique aos custos elegíveis apurados;

h) Em operações cujo custo elegível seja superior a 500.000,00€, é elegível a despesa com realização de um vídeo, com a duração não inferior a um minuto, para apresentação da operação, respetivos objetivos e resultados, com cedência de direitos de autor às entidades financiadoras;

### Regras ou limites específicos à elegibilidade de despesa (Quando aplicável)

1. O período de elegibilidade das despesas para apoio está compreendido entre 1 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2029.

2. Para além das regras e limites à elegibilidade de despesa definidas nos art.º 64.º e 67.º do RDC e no art.º 20.º do RG, e no artigo 9º do RE VTIS, nas redações atuais, estabelecem-se, no âmbito do presente Aviso, as seguintes restrições específicas:

2.1. Das ações definidas no ponto "Ações abrangidas por este aviso", apenas são elegíveis aquelas cujo custo total apurado seja igual ou superior a 250.000,00€ e que cumpram os requisitos definidos no ponto "Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações".

2.2. Para efeito de apuramento do custo total referido na alínea anterior apenas concorrem as despesas associadas às categorias de custo definidas no ponto "Custos elegíveis".

### Formas de pagamento

Adiantamentos %

Reembolso

Contra fatura

1. Os pagamentos aos beneficiários obedecem ao disposto no artigo 28.º do RG.

2. No âmbito do presente Aviso, os pagamentos aos beneficiários são efetuados a título de adiantamento contra fatura, reembolso e/ou pagamento final.

3. A apresentação à Autoridade de Gestão do pedido de pagamento de saldo final da operação deve obedecer a:

a) Submissão até ao limite de 45 dias a contar da data de conclusão da operação;

b) Ser acompanhado de uma autoavaliação qualitativa das realizações e resultados atingidos.

4. Para efeito do n.º 3 considera-se que a data de conclusão da operação ocorre quando todos os trabalhos se encontrem terminados e entregues ao beneficiário, devendo ainda a totalidade da despesa correspondente estar integralmente paga pelo beneficiário.

### Indicadores de realização

<b>Programa</b>	Programa Regional Alentejo 2021-2027	
<b>Tipologia de ação</b>	RSO4.2 -02 – Ensino Superior	
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO4.2-02-01- Ensino Superior	
<b>Tipologia de operação</b>	4506 – Infraestruturas e equipamentos TeSP	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
RSO03	Alunos beneficiados com equipamentos destinados à criação de novos cursos de curta duração (CITE5), ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho	N.º.
<b>Descrição</b>	Alunos beneficiados com equipamentos destinados à criação de novos cursos de curta duração (CITE5), ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho, por forma a criar oportunidades para todos os jovens, particularmente com condições sociais e económicas desfavoráveis, poderem frequentar o ensino superior e, por essa via, criar melhores oportunidades para o seu sucesso profissional e social.	
<b>Método de cálculo</b>	Somatório dos alunos beneficiados com equipamentos destinados à criação de novos cursos de curta duração (CITE5), ou à criação de novos programas do ensino superior à luz das necessidades do mercado de trabalho, no período de programação. Ano-alvo: Após conclusão dos projeto	

### Indicadores de resultado

<b>Programa</b>	Programa Regional do Alentejo 2021-2027	
<b>Tipologia de ação</b>	RSO4.5 -02 – Ensino Superior	
<b>Tipologia de intervenção</b>	RSO4.5-02-01 – Ensino Superior	
<b>Tipologia de operação</b>	4506 – Infraestruturas e equipamentos TeSP	
<b>Código do indicador</b>	<b>Designação do indicador</b>	<b>Unidade</b>
RSR01	Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível CITE 5	N.º.
<b>Descrição</b>	Estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível CITE 5 que beneficiaram de apoio	
<b>Método de cálculo</b>	Contabilização do nº de estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível CITE 5 que beneficiaram de apoio, no âmbito dos projetos apoiados. Ano-alvo: Após conclusão do projeto	



### Consequências do incumprimento dos indicadores

1. Na prossecução da orientação para resultados, aplicam-se as disposições em vigor previstas no artigo 5º do RG, na sua atual redação, e artigo 16º do RE VTIS, sendo avaliado o alinhamento da operação com os objetivos do Programa Regional do Alentejo 2021-2027, através do seu contributo para as metas e indicadores de realização e resultados definidos para o Objetivo específico.

2. Essa avaliação é efetuada, aquando do encerramento financeiro da operação, tendo por base o grau de concretização do compromisso a alcançar para os indicadores de realização e de resultados contratualizados no âmbito do presente aviso.

3. Assim, o incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução do financiamento das candidaturas aprovadas, nos seguintes moldes:

a) Estabelece-se como limiar de tolerância do grau de cumprimento dos indicadores 80% da meta contratualizada;

b) O limiar de tolerância do grau de cumprimento poderá ser reduzido para 70% quando se trate de operações que decorram integralmente em territórios de baixa densidade (conforme deliberação da CIC n.º.31/2023/PL, de 22 de setembro, relativa à classificação de Municípios e Freguesias de baixa densidade para efeitos de aplicação de medidas de diferenciação positiva dos territórios, no âmbito dos fundos europeus);

c) Para efeitos do apuramento do “Grau de cumprimento” (GC) define-se como metodologia de cálculo  $GC = 0,4 * média[r1a/M1c] + 0,6 * r2a/M2c$ , em que: **r1a** = valor apurado para o(s) indicador(es) de realização; **M1c** = meta contratualizada para o(s) indicador(es) de realização; **r2a** = valor apurado para o indicador de resultados e **M2c** = meta contratualizada para o indicador de resultados;

d) Por cada ponto percentual de desvio negativo no grau de cumprimento, face ao limiar de tolerância estabelecido nas alíneas a) ou b), conforme aplicável, procede-se, em regra, a uma redução de meio ponto percentual sobre a taxa de cofinanciamento, até ao limite de redução de 5%.

e) Nos casos em que a contrapartida nacional não é assegurada pelo promotor, a redução prevista na alínea anterior aplica-se ao custo total elegível apurado no saldo final até, em regra, o máximo de 5%;

f) Um grau de incumprimento superior ao limite máximo de redução aplicável nas alíneas anteriores, é considerado como não conferindo um nível mínimo de cumprimento dos resultados, pelo que constitui fundamento para a revogação do financiamento, nos termos da alínea b) do n.º.4 do artigo 33º do RG, na sua atual redação.

### Mecanismos de bonificação (Quando aplicável)

N/A

### Critérios de seleção das operações aprovados em:

09/05/2024

### Obrigações dos beneficiários em matéria de notoriedade, transparência e comunicação

Os beneficiários estão obrigados a cumprir as regras de comunicação constantes nas disposições regulamentares comunitárias e nacionais aplicáveis.

Neste contexto, os beneficiários deverão assegurar publicitação dos apoios através da inclusão das insígnias do Programa Regional Alentejo 2030, do Portugal 2030 e da União Europeia nas infraestruturas, equipamentos, ações imateriais, no

respetivo sítio da Internet e em todos os materiais de divulgação e atividades de comunicação das operações, nos termos definidos no artigo 50º do RDC e na alínea d) do n.º.1 e no n.º.2 do artigo 15º do RG, nas suas redações atuais

i) nos sítios na Internet dos beneficiários, deve ser garantida a visibilidade permanente dos elementos financiadores associados às operações cofinanciadas, e assegurada a disponibilização da descrição da operação apoiada, com elementos audiovisuais de apoio (ex: ficha de projeto);

O incumprimento das obrigações de comunicação pode dar origem à redução do apoio, sendo a redução determinada em função da gravidade do incumprimento, até 3% do Fundo Europeu aprovado para a operação.

### Outras entidades que intervêm no processo

- 1 - A entidade que assegura a emissão de parecer, na qualidade de responsável pela política pública na área da Educação.
- 2 – A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., intervém na qualidade de entidade responsável pela Coordenação da EREI – RIS3 Alentejo 21-27

## Processo de admissão e seleção das candidaturas

### Apresentação

#### Como se apresentam

1. A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico, devidamente preenchido, no Balcão dos Fundos (<https://balcaofundose.pt/>), doravante designado por Balcão2030.

Encontra-se disponível para o efeito o <Guia Geral de Apoio aos Beneficiários>

2. O referido formulário deve ser acompanhado dos documentos discriminados no Anexo A.1 Documentos necessários para apresentar uma candidatura, a anexar no ecrã “documentos”.

3. Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado o registo e autenticação no Balcão dos Fundos. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa a que pretende candidatar-se.

4. Na referida área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2030.

5. A candidatura não poderá ser alterada após a sua entrada em circuito de análise.

#### Quais são os critérios de seleção

1. Verificado o cumprimento das condições de elegibilidade dos beneficiários e dos projetos, decorrentes da legislação nacional e comunitária em matéria de Fundos Europeus, assim como do ressumo do Aviso, a seleção das candidaturas basear-se-á em quatro critérios centrais de seleção, aprovados pelo Comité de Acompanhamento dos Programas e comuns às operações do Portugal 2030: Adequação à Estratégia, Impacto, Capacidade de Execução e Qualidade do Projeto.

2. No processo de seleção de operações devem ser consideradas as complementaridades entre fontes de financiamento, conforme previsto no art.º 22º (Seção I) do RE VTIS.

3. Os referidos critérios de seleção são utilizados para a avaliação de mérito absoluto da candidatura, que analisa a melhor relação possível entre o montante de apoio, as atividades a realizar e os resultados a atingir, assegurando o cumprimento da estratégia e objetivos do Programa, no âmbito de aplicação do Fundo e os princípios transversais aplicáveis.

4. O mérito absoluto do projeto (MP) será determinado pela soma ponderada da pontuação obtida em cada um dos critérios de seleção, em respeito pelos intervalos dos coeficientes de ponderação aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Programa Regional do Alentejo 2030, com base na seguinte metodologia:  $MP = 0,25 * A + 0,30 * B + 0,15 * C + 0,30 * D$ , em que **A** = Adequação à Estratégia, **B** = Impacto, **C** = Capacidade de Execução e **D** = Qualidade do Projeto.

5. A densificação dos critérios em subcritérios de nível subsequente, bem como os respetivos coeficientes de ponderação, encontra-se descrita no **Anexo A.2 – Grelha de Avaliação de Mérito do Projeto**.

6. Para apuramento das pontuações parcelares, a classificação é atribuída de uma escala de valoração de 1 a 5 pontos, excluindo-se a possibilidade de valores decimais.

7. Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00, sendo a classificação estabelecida com 2 casas decimais;

8. Para além da pontuação mínima global atrás referida, também os critérios definidos com uma pontuação mínima obrigatória de 3 pontos, que não se verifique, determinam a não elegibilidade do projeto.

9. Para efeitos de desempate entre candidaturas são consideradas sucessivamente as seguintes variáveis:

1ª – Qualidade do Projeto: subcritério de nível 2 “4.1 – Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género”;

2ª – Adequação à Estratégia: subcritério de nível 2 “1.1 – Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultados comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta”

3ª – Data de entrada/submissão da candidatura.

## Como funciona o processo de análise e decisão das candidaturas

### Calendário de candidaturas

Abertura	31/10/2024
Fecho	31/01/2025
Proposta de decisão	Até 60 dias após encerramento do Aviso
Notificação para audiência prévia (proposta de decisão)	Até 5 dias úteis após a Análise da candidatura
Análise das respostas á audiência prévia dos interessados	30 dias úteis, após alegações, quando aplicável
Notificação da decisão final	Até 5 dias úteis após a decisão definitiva

### Processo de análise e decisão

As candidaturas são analisadas pela entidade competente para o efeito, de acordo com o definido no ponto “Entidade gestora do apoio/Organismo intermédio”, com base na informação constante do formulário de candidatura e dos documentos anexos e de acordo com os critérios de elegibilidade e de seleção decorrentes da legislação nacional e comunitária aplicável em matéria de Fundos Europeus, bem como do presente Aviso.

O prazo de análise da candidatura suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez. Concluído o prazo dado ao beneficiário para a resposta, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a análise da candidatura prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

Nos termos do n.º 3 do artigo 25º do RG, o prazo de análise não inclui o prazo legalmente previsto para audiência de interessados e pode ser alargado por até mais 30 dias úteis:

- Em caso de apresentação de alegações em sede de audiência de interessados; ou
- Em situações excecionais devidamente fundamentadas, designadamente quando se registre uma elevada procura, devendo o novo prazo ser publicitado na primeira metade do prazo definido no aviso para apresentação de candidaturas.

### Decisão sobre as candidaturas

A decisão fundamentada sobre as candidaturas é proferida no prazo de 60 dias, contados a partir da data de fecho do presente Aviso, e notificada ao candidato no prazo máximo de 5 dias, a contar da data da sua emissão, conjuntamente com o respetivo termo de aceitação.

No presente concurso, são selecionadas as candidaturas que obtenham uma pontuação de MP igual ou superior a 3,00 pontos, e desde que não seja ultrapassado o limite orçamental definido para o presente concurso.

Nos termos do n.º 6 do artigo 25º do RG, a decisão sobre as candidaturas pode ser de:

- a) Aprovação, total ou parcial face ao solicitado;
- b) Não aprovação;
- c) Aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos, cuja verificação pode ocorrer em momento posterior, nos termos previstos na decisão de aprovação da autoridade de gestão, sob pena da respetiva caducidade

### Onde são comunicadas as decisões às entidades candidatas

As entidades que se candidatam ao apoio recebem as notificações da proposta de decisão e da decisão final:

- na sua área reservada no Balcão dos Fundos
- através do serviço público de notificações eletrónicas (SPNE)

### Aceitação ou não aceitação da decisão

É enviada uma notificação às entidades que se candidataram da decisão final sobre a sua candidatura, que pode ser de aprovação, total ou parcial, não aprovação ou aprovação condicionada.

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura deverá ser feita pelo beneficiário mediante assinatura do termo de aceitação, através de assinatura digital qualificada, com atributos profissionais suficientes para o ato, que comprove os poderes de representação do beneficiário pelo subscritor, e submetida no Balcão dos Fundos;

A decisão de aprovação da candidatura caduca quando, no prazo máximo de 30 dias, a contar da data da notificação da decisão de aprovação, o termo de aceitação não for submetido no Balcão dos Fundos, devidamente assinado, nos termos do número anterior.

### Onde são publicadas as listas das candidaturas aprovadas

- No site do Programa Regional Alentejo 2030;
- No site do Portugal 2030;

### Pedidos de alteração à candidatura

As alterações aos elementos constantes do termo de aceitação estão sujeitas a nova decisão da Autoridade de Gestão;

É necessária a assinatura de um novo termo de aceitação, caso se trate de alterações aos elementos de identificação dos beneficiários e seus representantes legais, incluindo, quando aplicável, todos os que participam nas operações em cooperação, à identificação do programa, do fundo, da prioridade, do objetivo específico, da tipologia de intervenção e/ou operação ou, ainda, alterações ao montante do apoio público e a respetiva taxa de cofinanciamento, com explicitação das fontes de financiamento europeu e nacional ou aos indicadores de realização e resultados e as metas a atingir;

A decisão sobre a alteração da candidatura pode ser de aprovação, não aprovação ou de aprovação condicionada à satisfação de determinados requisitos.

## Anexos

### Anexo A - Candidatura

1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura
2. Critérios de Seleção – Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto
3. Critérios “*Não Prejudicar Significativamente*” e apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas
4. Templates para preenchimento

### Anexo B – Legislação aplicável a este Aviso

5. Legislação aplicável a este Aviso

## Anexo A – 1. Documentos necessários para apresentar uma candidatura

### 1. Memória descritiva e justificativa que inclua:

- a) Enquadramento na(s) tipologia(s) de ação/operação prevista(s) no Aviso de Concurso.
- b) Identificação e justificação do enquadramento do investimento.
- c) Descritivo detalhado da candidatura e dos seus objetivos, bem como da necessidade, oportunidade e resultados a atingir com a realização da operação.
- d) Identificação e justificação dos indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
- e) Apresentar informação em matéria de indicadores ambientais para efeitos de acompanhamento;
- f) Caracterização técnica e fundamentação dos custos de investimento que contenha: identificação do grau de maturidade; cálculos justificativos do apuramento do custo total, elegível e não elegível proposto; calendarização da realização física e financeira; identificação dos respetivos procedimentos contratuais previstos associar.
- g) Contributo para a fundamentação da análise de mérito, obedecendo ao respetivo referencial constante do Anexo2. “Grelha de Avaliação do Mérito do Projeto” publicado junto com o presente aviso.
- h) Demonstração do alinhamento dos investimentos a realizar com o Princípio «*Não Prejudicar Significativamente*», conforme definido no art.º 9.º e art.º 13.º do RE VTIS, e o concretizado no ANEXO A.4 ao presente Aviso.
- i) Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, bem como evidenciar o cumprimento das obrigações legais fixadas em matéria de notoriedade, transparência e comunicação.

### 2. Anexos:

- a) Documentação comprovativa do grau de maturidade nos termos definidos no aviso no ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”, conforme o caso aplicável.
- b) Caderno de encargos com evidência do cumprimento da contratação segundo os princípios do *green public procurement*, se aplicável, referido no ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”.
- c) Lista de Quantidades e Preços Unitários com evidência da incorporação de medidas de sustentabilidade ambiental na implementação da intervenção prevista no ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”.
- d) Informação técnica detalhada emitida pelos serviços municipais, que analisa a observância da operação urbanística com as normas e regulamentos que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes dos instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico de gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção.
- e) Extratos das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, com a identificação da área de intervenção, que evidenciem o enquadramento da operação urbanística efetuado na alínea anterior em razão da localização.
- f) Pareceres/licenças/autorizações/isenções emitidos pelas entidades externas competentes, sobre o projeto técnico (Ex.: Câmara Municipal, ANEPC,...) e/ou para a instalação de equipamento, se aplicável, em razão da localização (Ex.: APA/ARH, ERRAN, ICNF, I.P.,...) da intervenção (conforme aplicável).
- g) Comprovativo da propriedade (Certidão do Registo Predial e Caderneta Predial) e, no caso aplicável, da legitimidade de intervenção nos imóveis (terrenos, edifícios, frações) necessários à concretização da intervenção, quando não resulte da referida CRP o beneficiário como proprietário.



h) Capacidade para a realização do investimento: documento emitido pelo órgão competente, que comprove o compromisso de realização dos montantes totais propostos, conforme ponto “Condições específicas ou normas técnicas a observar pelos beneficiários ou operações”.

i) Demonstração da sustentabilidade da operação após realização do investimento;

j) Declaração de compromisso do cumprimento das regras nacionais e comunitárias aplicáveis no âmbito dos Fundos Europeus, em matéria de requisitos e obrigações do beneficiário e das operações, devendo para o efeito ser utilizado o *template* “Declaração de Compromisso do Beneficiário” disponibilizado com o presente Aviso;

k) Declaração de enquadramento no regime de IVA aplicável subscrita pelo responsável financeiro, conforme *template* “Declaração de Compromisso do ROC/TOC/Responsável Financeiro” disponibilizado juntamente com o presente Aviso.

l) Apresentação de declaração EU de conformidade e etiqueta energética referente aos equipamentos adquiridos.

m) Parecer Favorável para a intervenção, emitido pelos serviços competentes na área da Educação.

Poderá ser apresentada documentação adicional que o proponente considere relevante para a avaliação de mérito e para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, nomeadamente estratégias regionais

### 3. Ficheiros disponibilizados juntamente com o AAC:

a) Ficheiro anexo “*Orcamento\_Global\_Op.xlsx*” - a submeter preenchido em formato editável.

b) Ficheiro anexo “*Enquadramento Regras Ambientais.docx*” - a submeter preenchido e assinado em formato pdf.

c) Ficheiro anexo “*Declaração Compromisso do Beneficiário.docx*” – a submeter assinada pelo(s) representante(s) legal(is) da(s) entidade(s) promotora(s) em formato pdf.

d) Ficheiro anexo “*Declaração Compromisso\_TOC\_ROC\_ResponsavelFinanceiro.docx*” - a submeter preenchido e assinado em formato pdf

## Anexo A – 2. Critérios de Seleção

1º Nível	Peso	2º Nível	3º Nível	Ponderação	
A. ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA	25%	1.1	<b>Contributo do projeto para os indicadores de realização e resultados comuns e específicos do Programa para os quais foi definida uma meta</b>	15%	
		1.1.1	<b>Contributo pada operação para o aumento do número de estudantes certificados nos Cursos Técnicos Superiores Profissionais de nível CITE 5</b>		
			<b>Muito Bom:</b> Quando a operação demonstra um aumento do número de estudantes certificados de nível CITE 5 igual ou superior a 10% ( $\geq 10\%$ )		5
			<b>Suficiente:</b> Quando a operação demonstra um aumento do número de estudantes certificados de nível CITE 5 entre 5% e 10% ([5%-10%]))		3
		<b>Insuficiente:</b> Quando a operação demonstra um aumento do número de estudantes certificados de nível CITE 5 inferior a 5% ( $< 5\%$ )	2		
B. IMPACTO	30%	2.1	<b>Contributo para a qualificação do Sistema Educativo (*)</b>	30%	
		2.1.1	<b>Contributo da operação para a qualidade e inovação de novos cursos ou programas de ensino superior alinhados com a Estratégia Rgional de especialização Inteligente (EREI Alentejo)</b>		
			<b>Muito bom:</b> Quando a operação contribui para a criação de novos cursos totalmente alinhados com a EREI Alentejo e evidencia o recurso a novas metodologias e técnicas de ensino inclusivas e digitais		5
			<b>Bom:</b> Quando a operação evidencia a criação de novos cursos parcialmente alinhados com a EREI Alentejo e evidencia o recurso a novas metodologias e técnicas de ensino inclusivas e digitais		4
			<b>Suficiente:</b> Quando a operação evidencia a criação de novos cursos parcialmente alinhados com a EREI Alentejo		3
			<b>Insuficiente:</b> Quando a operação não evidencia a criação de novos cursos alinhados com a EREI Alentejo mas evidencia o recurso a novas metodologias e técnicas de ensino inclusivas e digitais		2
		<b>Muito insuficiente:</b> Sem evidência	1		
C. CAPACIDADE DE EXECUÇÃO	15%	3.1	<b>Capacidade administrativo-financeira da entidade beneficiária e/ou projeto</b>	15%	
		3.1.1	<b>Capacidade financeira para fazer face ao investimento</b>		
			<b>Muito bom:</b> Quando o beneficiário demonstra a existência de dotação para a totalidade do investimento e sustentabilidade da operação após realização do investimento		5
			<b>Bom:</b> Quando o beneficiário demonstra a existência de dotação para a totalidade do investimento		4
			<b>Suficiente:</b> Quando o beneficiário demonstra a existência de dotação para a componente não financiada do projeto		3
		<b>Insuficiente:</b> Quando o beneficiário não demonstra nenhuma das alíneas anteriores	2		

1º Nível	Peso	2º Nível	3º Nível	Ponderação
D. QUALIDADE DO PROJETO	30%	4.1	Existência de instrumentos que assegurem a igualdade de oportunidades e de género	20%
		4.1.1	Adoção de soluções inovadoras no âmbito da igualdade de oportunidades	
			<b>Muito bom:</b> Quando, para além da operação demonstrar a criação de soluções inovadoras para a promoção da igualdade, a entidade beneficiária comprova ser outorgante de convenção coletiva de trabalho recentemente celebrada ou revista, nos termos do Código do Trabalho	5
			<b>Bom:</b> Quando a operação demonstra a criação de soluções inovadoras para a promoção da igualdade (de género, de acesso, de inclusão, de não discriminação), com enfoque na população mais envelhecida, particularmente com condições sociais e económicas desfavoráveis	4
			<b>Suficiente:</b> Quando a operação demonstra soluções inovadoras no âmbito da generalização do acesso aos cuidados de saúde	3
			<b>Insuficiente:</b> Quando a operação não demonstra qualquer solução inovadora no âmbito da igualdade de oportunidades	2
		4.2	Abordagem integrada, complementariedade e sinergias	10%
		4.2.1	Complementaridade com ações cofinanciadas por outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários	
			<b>Muito bom:</b> Quando a operação revela complementaridade com investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no que se refere ao Investimento "Impulso Jovem STEAM", da componente C6 "Qualificações e Competências", e com os investimentos no âmbito do do Fundo Social Europeu (FSE+), designadamente no que respeita aos cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)	5
			<b>Bom:</b> Quando a operação revela complementaridade com investimentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no que se refere ao Investimento "Impulso Jovem STEAM", da componente C6 "Qualificações e Competências", ou com os investimentos no âmbito do do Fundo Social Europeu (FSE+), designadamente no que respeita aos cursos Técnicos Superiores Profissionais (TeSP)	4
	<b>Suficiente:</b> Quando a operação revela complementaridade com outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários	3		
	<b>Insuficiente:</b> Quando a operação não revela qualquer complementaridade com outros instrumentos de financiamento nacionais e/ou comunitários	2		

(\*) A atribuição da notação inferior a suficiente (3), determinará a não elegibilidade da candidatura

### Anexo A – 3. Critérios “Não Prejudicar Significativamente” e apoio aos objetivos em matéria de alterações climáticas

De acordo com o texto do PR Alentejo 2030, as intervenções previstas realizar no presente Objetivo Específico foram avaliadas como compatíveis com o princípio “Não Prejudicar Significativamente” (DNSH), na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, uma vez que respeitam a orientação técnica do MRR relativa ao DNSH.

Por outro lado, face à obrigatoriedade regulamentar de cumprimento de dotação mínima de contributo dos programas regionais para as metas climáticas e ambientais, serão privilegiadas as operações, que cumpram os requisitos previstos no Anexo I do Regulamento (EU) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, na sua redação atual, contribuindo concretamente para os domínios de intervenção “017 - Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública, conformes com os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética”; “042 - Renovação do parque habitacional existente para fins de eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio, conformes com os critérios de eficiência energética”; “043 - Construção de novos edifícios energeticamente eficientes”; “045 - Renovação de infraestruturas públicas para fins de eficiência energética ou medidas de eficiência energética relativas a tais infraestruturas, projetos de demonstração e medidas de apoio, conformes com os critérios de eficiência energética”; “082 - Material circulante de transportes urbanos limpos”

Neste âmbito as intervenções objeto de financiamento deverão contribuir, conforme aplicável, para o cumprimento dos objetivos ambientais definidos nos termos do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, concretamente os seguintes:

- A) A mitigação das alterações climáticas;
- B) A adaptação às alterações climáticas;
- C) A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;
- D) A transição para uma economia circular;
- E) A prevenção e o controlo da poluição;

Para este efeito, as operações devem, preferencialmente, respeitar os requisitos seguintes, devendo justificar a sua eventual não aplicação.

#### A) Requisitos relativos ao objetivo “Mitigação das alterações climáticas”:

As intervenções candidatas devem preferencialmente, e sempre que possível, quer por via da reabilitação quer da construção, promover soluções que assegurem um resultado em termos de redução do consumo de energia, com elevados padrões de eficiência energética e térmica do edificado. Estes requisitos relativos ao desempenho energético deverão, sempre que possível, estar plasmados nos projetos de execução relativos à construção ou reabilitação de edifícios, tendo em vista a obtenção do seguinte:

1. No caso de novas construções, o cumprimento do requisito NZEB+20%, ou seja, que apresente um indicador de desempenho energético, relativo ao consumo de energia primária total do edifício inferior em, pelo menos, 20%, ao requisito aplicável aos edifícios NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia);
2. No caso de recuperação/reabilitação de edifícios existentes, alcançar, em média, pelo menos uma renovação de nível médio, tal como definido na Recomendação (UE) 2019/786 da Comissão sobre a renovação dos edifícios ou alcançar, em média, uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex ante.

#### **B) Requisitos relativos à “Adaptação às alterações climáticas”:**

Garantir que os edifícios a construir ou a reabilitar se tornem mais resilientes e adaptados às alterações climáticas, reduzindo a vulnerabilidade às ondas de calor, bem como ao risco sísmico. Estes requisitos deverão, sempre que possível, estar plasmados nos projetos de execução e cadernos de encargos (especificações técnicas), ou na fase de execução nos respetivos contratos de empreitadas (requisitos contratuais) relativos à construção ou reabilitação de edifícios. Os riscos físicos associados ao clima que poderão ser significativos para o investimento deverão ser avaliados no âmbito de uma análise de exposição, que abrangerá o clima atual e futuro, conforme a localização dos edifícios a construir ou a reabilitar e respetivas zonas climáticas. Os sistemas técnicos nos edifícios construídos ou reabilitados deverão ser otimizados conforme eventos extremos previstos para as respetivas zonas climáticas, de modo a salvaguardar o conforto térmico e a segurança dos utilizadores.

#### **C) Requisitos relativos à “Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos”:**

Os projetos de construção ou reabilitação das infraestruturas devem, sempre que possível, incluir medidas de eficiência hídrica, evidenciadas nos projetos de execução e peças contratuais, que permitam a redução do consumo de água nos edifícios a intervencionar, garantindo que os investimentos contribuem para a conservação dos recursos hídricos e para a redução de consumos energéticos associados ao ciclo de urbano da água.

#### **D) Requisitos relativos à “Economia circular” (incluindo a prevenção e a reciclagem de resíduos):**

1. As obras de construção e reabilitação das infraestruturas devem, sempre que possível, incorporar:

1.1. 10% de materiais reciclados na prevenção e gestão RCD;

1.2. Pelo menos 70% (em peso) dos RCD não perigosos preparados para reutilização e, reciclagem e outras operações de recuperação de materiais.

Nestes termos, deve ser assegurada a elaboração de um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), nomeadamente que permita desmontar o edifício em elementos, não só os mais facilmente removíveis, designadamente caixilharias, loiças sanitárias, canalizações, entre outros, mas também os componentes e/ou materiais, de forma a recuperar e permitir a reutilização e reciclagem da máxima quantidade de elementos e/ou materiais construtivos, entre outras obrigações cujo objetivo é garantir a valorização de todos os RCD que tenham potencial de valorização. As intervenções deverão ainda assegurar que parte dos RCD não perigosos produzidos serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos. Será ainda garantida a utilização de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. As obras de construção deverão ser promovidas de acordo com as orientações de boas práticas estabelecidas no Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE e com os critérios ecológicos, em particular para o conjunto de bens e serviços que dispõem já de manuais nacionais ou Acordos-Quadro em vigor ou, no caso de bens e serviços que não dispõem de Manuais ou Acordos-Quadro nacionais, à adoção, a título facultativo, dos critérios estabelecidos a nível da UE.

2. Relativamente à aquisição de meios digitais e outros para equipar as infraestruturas, deverão ser privilegiadas as aquisições que sejam promovidas ao abrigo dos critérios em matéria de contratos públicos ecológicos da UE, uma vez que a natureza do investimento é maioritariamente pública. Adicionalmente, os equipamentos mencionados devem cumprir com os requisitos definidos no Decreto-Lei n.º 12/2011, na sua atual redação, quando à sua conceção ecológica e eficiência energética sempre que aplicável, e seja assegurado que não contêm as substâncias perigosas listadas no Anexo II da Diretiva n.º 2011/65/UE do Parlamento Europeu, na sua redação atual, exceto quando as concentrações por peso não ultrapassam os valores estabelecidos no mesmo. Os equipamentos informáticos e outros deverão estar abrangidos por um plano de gestão de resíduos que deve incluir ainda especificações técnicas relativas à durabilidade, reparabilidade e reciclabilidade dos equipamentos elétricos e eletrónicos a adquirir e instalar, de acordo com os normativos aplicáveis, de forma a que a medida não conduza a um aumento significativo da produção, da incineração ou da eliminação de resíduos, dê origem a ineficiências significativas na utilização direta ou indireta de qualquer recurso natural ou venha a causar danos significativos e de longo prazo no ambiente.

**E) Requisitos relativos à “Prevenção e controlo da poluição do ar, da água ou do solo”:**

1. As intervenções devem, sempre que possível, incluir medidas de supressão de ruído e mitigação de poeiras, provenientes dos trabalhos de construção. Quanto às emissões de poluentes para o ar, a água ou o solo, a construção de edifícios pressupõe o cumprimento dos requisitos NZEB, o que implica que as necessidades de energia sejam cobertas, em grande medida, por energia proveniente de fontes renováveis, conduzindo a uma redução significativa das emissões para a atmosfera e à consequente melhoria da saúde pública, bem como que durante a fase de construção sejam consideradas medidas de mitigação das emissões de poeiras e ruído. O Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, na redação atual, estabelece regras para a realização de obras de construção civil, designadamente exigindo a obtenção de uma licença especial de ruído para a execução de atividades ruidosas e limitando o período em que estas podem ser concretizadas.

2. No caso das intervenções de renovação, devem garantir que os componentes e materiais de construção utilizados na renovação dos edifícios não contêm amianto nem substâncias que suscitem elevada preocupação, identificadas com base na lista de substâncias sujeitas a autorização constante do anexo XIV do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, na sua redação atual, assim como devem garantir que os componentes e materiais de construção que possam entrar em contacto com ocupantes emitam menos de 0,06 mg de formaldeído por m<sup>3</sup> de material ou componente e menos de 0,001 mg de compostos orgânicos voláteis cancerígenos das categorias 1A e 1B por m<sup>3</sup> de material ou componente, após ensaio em conformidade com as normas CEN/TS 16516 e ISO 16000-3, ou com outras condições de ensaio e métodos de determinação normalizados comparáveis.

## Anexo B – 4. Legislação aplicável a este aviso

### Europeia

- Regulamento (EU) 2016/679, de 26 de abril - Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao tratamento de dados pessoais
- Regulamento (EU) 2020/852, de 18 de junho - Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável do ponto de vista ambiental
- Regulamento (EU) 2021/1060, de 24 de junho - Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às Disposições Comuns (RDC)
- Regulamento (EU) 2021/1058, de 24 de junho - Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão (FEDER/FC)

### Nacional

- Leis n.º 58/2019 e n.º 59/2019, de 8 de agosto, no âmbito da política de Proteção de Dados Pessoais
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, que estabelece as regras gerais de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2020 (RG PT2020)
- Decisão C(2022) 9469, de 14 de dezembro, que aprova o Programa Regional do Alentejo 2021-2027 (CCI 2021PT16FFPR005)
- Decreto-Lei n.º 5/2023, de 25 de janeiro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus para o período de programação 2021-2027
- Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março, que estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027 (RG)
- Portaria n.º. 153-A/2024, de 8 de maio - Regulamento Específico na Área Temática Valorização do Território e Infraestruturas Sociais
- Lei n.º.46/86, de 14 de outubro, Lei n.º.37/2003, de 22 de agosto, Decreto-Lei n.º.74/2006, de 24 de março, nas suas redações atuais;
- Estratégia 2030: Portugal + Social)
- Diplomas que regulam a política pública